

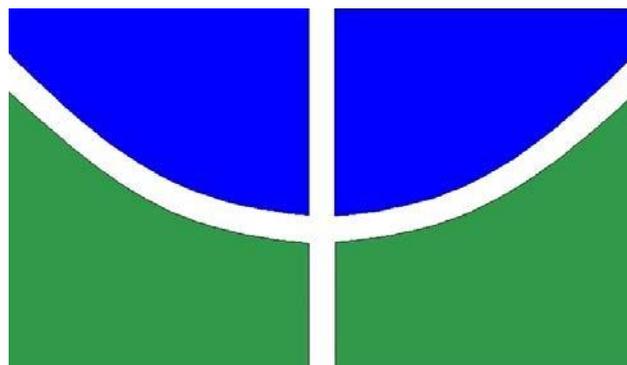
**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MAYRA DE ARAÚJO BANDEIRA

**A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL DOS
ANOS 1990 E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS
ANOS 2000: PRONATEC**

BRASÍLIA

2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MAYRA DE ARAÚJO BANDEIRA

**A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL DOS ANOS
1990 E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS ANOS
2000: PRONATEC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia, à Comissão
Examinadora da Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Doutora Sônia Marise Salles Carvalho

BRASÍLIA

2015

MAYRA DE ARAÚJO BANDEIRA

**A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL DOS ANOS
1990 E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS ANOS
2000: PRONATEC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia, à Comissão
Examinadora da Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília.

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Remi Castioni (Examinador)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília
Junho de 2015

Dedico este trabalho a Deus, que na sua infinita bondade me capacitou até aqui. Dedico também aos meus familiares que estiveram durante todo o tempo da minha vida ao meu lado me proporcionando tudo que foi necessário para alcançar esta etapa da minha vida e ao meu namorado por toda paciência. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pai todo poderoso, digno de toda honra, poder e glória. Por sempre estar ao meu lado e nunca desistir de mim, por me capacitar nesse momento tão importante da minha vida, por sua misericórdia que se renova a cada manhã. Até aqui me sustentou o Senhor, obrigada Deus por sua infinita bondade, graça, amor e cuidado com a minha vida e vida dos que eu amo.

Aos meus pais Sudelândia e José Divino, por me proporcionarem todo respaldo de vida para poder chegar até aqui, sem vocês nada disso poderia ser possível. Por toda dedicação e cuidado, por todos os anos de trabalho que dedicaram a vida de vocês para me dar uma vida melhor. José Divino, obrigada por ser esse homem de coração grande e bom, por toda cobrança, por toda educação, por todo esforço para nos proporcionar uma vida, por cuidar da minha mãe, por todo respeito e principalmente por todo cuidado de pai, te amo. Mãe, obrigada por acreditar em mim, por ser minha melhor amiga, por ser essa mulher incrível e exemplo de vida. Por toda educação, dedicação, amor e cuidado, o que seria de mim sem você. Por todos os conselhos, por sua presença constante em minha vida, você é a melhor mãe do mundo eu te amo.

Ao meu companheiro, amigo e namorado Ayslan Marques por toda paciência. Por cada conselho, consolos e por sua presença sempre ao meu lado. Por todo o seu amor e zelo comigo, por toda a alegria que você me dá seja por um gesto, por uma mensagem ou só por um olhar. Obrigada por estar ao meu lado nos momentos mais importantes da minha vida, peço a Deus que possamos fazer parte um da vida do outro por toda a vida. Eu amo você.

Aos meus sobrinhos, Andressa e Gabriel, por toda a alegria que me proporcionam em poder acompanhar a jornada de vida de cada um de vocês. Obrigada por existirem e fazer parte da minha vida. Que eu possa estar presente em todos os momentos da vida de vocês, eu amo vocês.

A minha irmã Samara, por todas as risadas, brigas e alegrias. Aproveito para dizer o quanto você é importante na minha vida e o quanto eu te amo. Agradeço ao meu cunhado Tadeu por trazer a vida duas pessoas que eu tanto amo, os meus sobrinhos, que Deus abençoe cada dia mais a família de vocês.

Às minhas amigas de curso, Naine, Mayana, Lilian, Letícia, Raíssa, Renata, Bruna, Thabita, que foram pessoas muito importante durante a minha trajetória na UnB, e outras pessoas que foram contribuintes durante esses quatro anos.

Aos meus vizinhos Eliete e Jaime, por toda gentileza e recepção durante esse período que precisei utilizar a casa de vocês. Muito obrigada.

Muito obrigado aos professores da banca examinadora, Remi Castioni e Teresa Cristina, por se disporem a ler e analisar o meu trabalho.

Agradeço a professora Sônia Marise por sua humanidade, dedicação à profissão de educadora, por todo acolhimento durante todo o período na Universidade. Pelo direcionamento, por sua alegria e por seu amor às pessoas. Agradeço também por todo apoio como orientadora, diante de tantas outras iniciativas que a sra. Coordena, me acolheu e ajudou nesse período tão difícil que é escrever este trabalho.

Todo jovem que acredite possuir a vocação de cientista deve dar-se conta de que a tarefa que o espera reveste duplo aspecto. Deve ele possuir não apenas as qualificações do cientista, mas também as do professor.

Max Weber

RESUMO

O presente trabalho apresenta um relato histórico da educação profissional no Brasil, na década de 90, levando em consideração os aspectos históricos, econômicos e políticos que refletem as mudanças do sistema educacional brasileiro. Além disso, destaca aspectos do contexto histórico do Estado, que se configura em um novo modelo econômico, o neoliberalismo, e sua interferência nas políticas educacionais que norteiam a educação profissional, a partir da década de 1990. Inicialmente, analisa-se as políticas propostas e implementadas para a Educação Profissional durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que é marcada pela Reforma da Educação Profissional que passou por significativas mudanças nesse período, decorrentes da publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 e do Decreto n.º 2.208/97 de 17 de abril de 1997. Após o mandato do FHC, Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência e revoga o Decreto n.º 2.208/97 e institui o Decreto n.º 5.154/04, que trás a possibilidade de oferta da Educação Profissional integrada à Educação Básica, iniciando a expansão da educação profissional e tecnológica entre outras alterações. Durante o percurso deste trabalho, também é abordado no Governo Dilma Rousseff que sancionou a Lei n.º 12.513/2011 que institui, em âmbito nacional, o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que traz uma breve introdução do que é este programa, seus objetivos, o público que esta política pública atende entre outros aspectos. Este trabalho conta com a contribuição teórica de autores e documentos oficiais que tratam do tema. Quanto ao procedimento metodológico será proposto a entrevista individual para obtenção de dados qualitativos, aplicado à um grupo inserido no Programa Pronatec, para a obtenção de dados e informações necessários para o resultado desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional, neoliberalismo, reforma da educação profissional, pronatec.

ABSTRACT

This paper presents a history of vocational education soon in Brazil, in the 90s, taking into account the historical, economic and political aspects that reflect the changes in the Brazilian educational system. Furthermore, highlights aspects of the historical context of the state, which is configured on a new economic model, neoliberalism, and its interference in educational policies that guide professional education from the 1990s. Initially, it analyzes the policies proposed and implemented for Vocational Education during the government of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), which is marked by the Professional Education Reform that has undergone significant changes during this period, resulting from the publication of the new Law of Directives and Bases No. 9.394 / 96 of December 20, 1996 and Decree No. 2,208 / 97 of April 17, 1997. After the mandate of FHC, Luis Inacio Lula da Silva took the chair and repealing Decree No. 2,208 / 97 and Decree establishing No 5154/04, which brings the possibility of integrated vocational education supply to basic education, initiating the expansion of vocational and technological education among other changes. During the course of this work, it is also addressed in the Government Dilma Rousseff who signed Law No. 12,513 / 2011 establishing, at the national level, the PRONATEC - National Program for Access to Technical Education and Employment, which provides a brief introduction of what is this program, its objectives, the public that public policy meets among others. This work has the theoretical contributions of authors and official documents dealing with the issue. Regarding the methodological procedure is proposed to focus groups technique for obtaining qualitative data, applied to an inserted group Pronatec Program, to obtain data and information necessary for the outcome of this research.

KEYWORDS: Professional Education, Neoliberalism, reform of vocational education, Pronatec

LISTA DE SIGLAS

ALAC – Acordo de Livre Comércio das Américas

BID – Banco Mundial

BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FE – Faculdade de Educação

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIC – Formação inicial e Continuada

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OREALC – Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe

PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNQ – Plano Nacional de Qualificação

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PROEJA – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária

PROJOVEM – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PT – Partido dos Trabalhadores

SAEP – Sistema de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Quantos Conhecem o Pronatec	45
Gráfico 2 – Quantos Recebem Bolsa-Formação	48

SUMÁRIO

Apresentação	14
Parte I:	
Memorial	16
Parte II:	
Introdução	21
Capítulo 1: Recente Histórico da Educação Profissional no Brasil: O Estado Neoliberal e a Educação Profissional	23
1.1 A Reforma da Educação Profissional dos anos 1990 no Brasil.....	27
1.2 Do Neoliberalismo para o modelo Social-Desenvolvimentista: A Promulgação do Decreto n.º 5.154/2004 no Governo Luiz Inácio Lula da Silva	32
Capítulo 2: O Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	35
Capítulo 3: Metodologia da Pesquisa	42
3.1 Metodologia	43
3.2 Participantes	43
3.3 Instrumentos	44
3.4 Procedimentos	45
3.5 Análise dos Dados e Resultados	45
Considerações Finais.....	52
Parte III:	
Perspectivas Profissionais	57
Referências	58
Apêndice	62

APRESENTAÇÃO

Este trabalho se apresenta como um dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado no Curso de Pedagogia, pela Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo central deste trabalho é analisar a política pública de educação profissional, o PRONATEC. Diante disto identificar as transformações da educação profissional desde os anos 90 até os dias de hoje, as iniciativas de governo desde a formulação até a implementação do programa.

Este trabalho de conclusão de curso se estrutura em três unidades interligadas: primeiramente, um Memorial; segundo, a Monografia; por último, Perspectivas Profissionais. Na primeira parte, o Memorial, apresento a minha trajetória escolar, dando ênfase na minha vida acadêmica no Ensino Superior.

A segunda parte inicia-se com uma breve introdução do que será abordado neste trabalho. Este momento compreende três capítulos, sendo o primeiro uma abordagem sobre a reforma do Estado e sua redefinição neoliberal, abordando aspectos históricos, econômicos e políticos da década de 90 e suas significativas transformações no ensino educacional do Brasil, com foco na modalidade da Educação Profissional; as interferências de agências financiadoras internacionais na formulação de políticas educacionais; a reforma da Educação Profissional dos anos 1990 a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Decreto n.º 2.208/97, onde ocorre o dualismo entre educação geral e específica e a ruptura do ensino médio integrado ao ensino técnico; e a revogação do Decreto n.º 2.208/97 com a promulgação do Decreto n.º 5.154/04 que possibilita a oferta da Educação Profissional integrada à Educação Básica. O objetivo deste capítulo é contextualizar o período do Estado Neoliberal do governo FHC e seus aspectos históricos e as principais mudanças no ensino técnico com a Reformada da Educação Profissional da década de 90, até chegar nos anos 2000 com a mudança a partir do Decreto n.º 5.154/04.

O segundo capítulo faz um panorama da política pública de educação profissional do PRONATEC, desde sua formulação até sua implementação. Aborda sobre conceitos, objetivos, público-alvo, ofertantes e outros aspectos relacionado ao programa em ênfase.

O terceiro e último capítulo remete à Metodologia juntamente com os resultados da pesquisa, baseado na coleta de dados através da Técnica de Grupos Focais, onde foi entrevistado um grupo levando-se em consideração (idade, sexo,

renda familiar, escolaridade, ocupação profissional, entre outros aspectos), alunos que fazem parte do programa em foco (PRONATEC) até se chegar na análise dos dados coletados.

A terceira parte compreende minhas perspectivas profissionais, meus anseios e objetivos frente aos desafios que virão, o desejo de alcançar uma carreira bem sucedida e o contínuo processo de aprendizagem durante toda a vida.

PARTE 1
MEMORIAL

O memorial será dividido em três etapas, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.

ENSINO FUNDAMENTAL

Comecei a estudar aos quatro anos de idade, no Jardim de Infância da 308 sul, escola pública da asa sul, um colégio muito bem renomado naquela época era muito difícil conseguir uma vaga. Lembro-me da minha professora Andréia, e dos ambientes bem organizados como cantina, salas, banheiro, pátio que a escola possuía. Tenho em minhas lembranças o parquinho que ficava logo atrás da escola, tinha areia, alguns brinquedos de madeira, balanços, foram momentos muito intensos e felizes. Recordo-me também das festas juninas, e do meu uniforme que era um charme, uma saia rodada azul e uma blusa com um arco-íris e duas araras que eram o símbolo da escola. Estudei neste colégio por três anos, onde aos seis anos de idade completei toda a minha educação infantil (o Jardim I, II, e III).

Aos sete anos de idade, fui estudar na Escola Classe 305 sul, outro colégio público da asa sul, bem próximo ao colégio onde cursei o meu ensino infantil. Lá cursei a 1º série do ensino fundamental até a 4º série. Nas minhas vagas memórias, consigo ver a faixa da escola, as minhocas coloridas desenhadas ao chão, as amarelinhas e os caracóis. O que mais me marcou neste colégio foi o “tio” da portaria o Seu Carlos, sempre muito alegre e sorridente, muito gentil com os alunos, e tinha um enorme instinto protetor, sempre preocupado com cada aluno, assim que nossos pais chegavam ele gritava pelos nomes de cada aluno, conhecia um a um e os pais de cada um, até mesmo os carros. Passei momentos importantes da minha vida nessa escola, e tenho ótimas lembranças da minha passagem por lá, por se uma escola que vai apenas até o quarto ano, logo fui cursar a 5º série em outra escola.

A partir daí, com onze anos de idade, fui estudar no CEF 01 de Brasília localizado na 106 sul, da asa sul. Lá passei quatro anos da minha vida onde iniciei a 5º série e concluí minha 8º série. Bom é interessante que quando entrei na escola, minha irmã já havia estudado por lá, então toda a parte da direção, secretária, coordenação e alguns professores, já me conheciam. Esse período foi

tudo muito novo, onde eu estudava com alunos mais velhos, tinha um pouco mais de autonomia é uma idade onde começamos a ter um olhar diferente das coisas, onde as percepções estão mais aguçadas. Lembro-me que fiz muitas amizades nesse período, algumas que permaneceram durante muito tempo ativas na minha vida, mesmo quando saí do colégio. Passei muitas tardes fazendo trabalhos em grupo, as vezes só conversando, dando risadas. Tive uma professora de educação física muito bacana, a professora Viviane, todos gostavam muito dela, inclusive ela tinha um papel de coordenadora também. Algo que marcou meu período na escola, foi a viagem de final de curso na 8º série, onde fomos para Caldas Novas, todo o colégio inclusive meus amigos, então foi um momento muito especial onde podemos compartilhar de muitas coisas.

ENSINO MÉDIO

Chegando ao ensino médio, minha mãe decidiu me colocar em uma escola particular, já pensando em uma melhor formação para tentar o vestibular. Então ela optou por uma escola particular onde minha irmã também já havia estudado, o colégio Nossa Senhora de Fátima, localizado na 907 sul, asa sul. No meu primeiro dia de aula, me deparei com uma outra realidade uma escola bonita bem grande, com uma grande área de lazer e com modalidades na educação física. Em alguns dias da semana eu tinha que permanecer na escola durante o período matutino e vespertino, pois era o momento em que acontecia as aulas de educação física. Quando entrei no 1º ano todos os professores já sabiam de quem eu era irmã, pois minha irmã tinha uma grande fama na escola por ser muito comunicativa. Durante o 1º ano fui escalada para ser monitora de física, o que me deixou muito contente, por que no ensino fundamental enfrentei algumas dificuldades com matemática, porém foram sanadas ao decorrer dos anos. Durante os três anos que estudei nesta escola, posso dizer que foram anos maravilhosos, de muito aprendizado pois tudo era muito novo, os conteúdos, as amizades. Conte com grandes professores, todos muito atenciosos alguns rígidos como o prof. Alexandre de matemática, porém uma pessoa com um coração incrível e uma excelente habilidade para ensinar matemática, com ele aprendi muita coisa. Meu professor de História,

Alexandre, fugia de todos os modelos comportamentais de um educador, ele contava com um humor incrível para ensinar o conteúdo. O Leonardo, professor de física, foi de grande importância pra minha vida escolar no ensino médio, pois com ele aprendi a superar minhas dificuldades e perceber minhas capacidades. Fiz muitas amizades queridas no ensino médio, inclusive estudei alguns períodos com minhas primas, o que foi fantástico. Sou muito grata a minha família que me proporcionou estudar em uma escola tão comprometida com a formação dos alunos, que conta com uma infraestrutura muito boa, e que muito cooperou para a minha conquista da universidade. Ainda hoje, continua sendo uma excelente instituição de ensino, agora que estuda lá são meus sobrinhos.

ENSINO SUPERIOR

Assim que finalizei meu ensino médio, entrei direto em um cursinho pré-vestibular, o Galois, que fica localizado na 601 da asa sul. Permaneci no cursinho por apenas seis meses, prestei o vestibular e não passei, eu só consegui entrar pelo vestibular depois de um ano.

No final do ano de 2010 prestei vestibular e passei, dando início no 1º semestre de 2011.

Meu 1º semestre foi algo muito diferente, eu ainda não estava familiarizada com a universidade, então logo fomos recepcionados por um grupo de veteranos que nos apresentou a UnB. Em relação as disciplinas me foram ofertadas apenas cinco matérias, e como eu trabalhava o dia todo, estudava a noite, então de fato só consegui fazer as cinco matérias. Algumas das disciplinas que cursei foram: “Investigação Filosófica” com o professor Tadeu, “Oficina Vivencial” com o prof. Armando, que foi muito querido com os alunos iniciantes, “Antropologia”, além disso foi onde cursei a disciplina “Projeto 1” que aborda o currículo do curso de Pedagogia, foi onde tive meu primeiro contato com a prof. Sônia, ela me ajudou muito pois esclareceu o funcionamento da universidade, matrícula, horários e muitas dúvidas de iniciante, abordou também as questões que iríamos encontrar durante todo o curso.

No 2º semestre, alterei meu turno para diurno, onde passei a cursar as matérias no período da manhã, ainda assim cursei apenas cinco disciplinas, pois ainda estava trabalhando. O segundo semestre foi marcado pela separação da turma com o noturno, pois era um grupo bastante unido, quando iniciei o curso pela manhã percebi uma certa divisão de grupos, o que não me agradou muito, fora a questão de idade, pois o turno matutino possui pessoas mais jovens que o do noturno, que são pessoas que trabalham e se aproximam mais da minha realidade.

No 3º semestre, cursei mais cinco disciplinas, e o projeto 2, nesse período tive a oportunidade de conhecer um pouco mais da atuação do pedagogo na área de Orientação Educacional através da matéria que cursei, o que foi muito enriquecedor para minha formação, já que configura umas das possibilidades de atuação do pedagogo.

Já no 4º semestre, na metade do curso, foram mais cinco matérias, devido ao tempo disponível que eu tinha. O semestre foi marcado por uma disciplina em especial, “o Ensino de Ciência e Tecnologia 1”, nessa disciplina foi proposto pelo professor o desenvolvimento de um livro didático infantil, a turma se empenhou bastante durante a criação dos livros. Foi algo muito novo na minha formação e que muito contribui para o meu desenvolvimento como professora.

No 5º e 6º semestre, as disciplinas que cursei, foram densas, por se tratarem de matérias com uma carga de leitura de Leis, como Políticas Públicas de Educação, Administração das Organizações Educativas, Avaliação entre outras. Mas foi também um momento muito importante, pois conheci a Profa. Cristina Leite e o Prof. José Villar, que são excelentes formadores e pessoas maravilhosas.

Chegando ao 7º semestre, tive a oportunidade de entre as matérias que escolhi para cursar no período, fazer LIBRAS, que foi extremamente interessante, possibilitou o conhecimento com uma possível realidade dentro da sala de aula, que é a de ter alunos com deficiência auditiva. A matéria foi muito bem conduzida trazendo fatos, textos e vídeos, que remetiam de forma bem clara esse outro lado da realidade de muitas pessoas, foi de suma importância a passagem por esta disciplina para minha formação como profissional e como pessoa humana que sou.

No 8º e penúltimo semestre, cursei cinco disciplinas, dentre elas Educação de Adultos, que muito me marcou, conheci uma pessoa de coração enorme, humano, sereno, e um educador de “mão cheia”, o Prof. Renato Hilário, que

conseguiu passar pra toda turma um exemplo de comunhão, de amor, de um tudo que está faltando dentro das escolas e na vida. Outra disciplina que foi de extrema importância nesse período foi, “Ensino de História, Identidade e Cidadania”, a Profa. Renísia, soube trazer bem a realidade da nossa sociedade e os preconceitos nela inseridos, com sua fala que marca muitos fatos e vivências, uma educadora merecedora de tudo que conquistou.

Agora, no 9º e último semestre, estou cursando seis disciplinas, sendo uma delas onde mais uma vez me deparo com a Profa. Sônia Marise, que ministra a matéria de Sociologia, que nos esclarece os pensadores como Marx, Althusser e outros, que nos faz ver situações de formas diferentes, força a ser mais críticos e criando em nós um ser pensador. Chegando ao final do curso e encerrando esse ciclo, sinto-me realizada e capaz de atuar em várias áreas possíveis de atuação de um pedagogo. Sinto-me feliz com a escolha do meu curso e mais feliz ainda com a conclusão deste.

Em relação à escolha pessoal do meu tema, dar-se devido a minha experiência durante 2 anos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) como estagiária, onde tive a oportunidade de desenvolver minha autonomia quanto a projetos relacionadas a área da educação e a possibilidade da educação profissional como uma forma de acesso à educação.

PARTE II

INTRODUÇÃO

O Brasil passa por diversas transformações nos âmbitos econômico, histórico, político e ideológico durante a década de 90 no Governo do Fernando Henrique Cardoso. Essa época é marcada por um processo de reformas na educação, envolvendo significativas mudanças na modalidade de ensino da Educação Profissional. Para um melhor entendimento das mudanças que estão ocorrendo nesse período, é importante situar o processo de reorganização e reforma do Estado que se configura em um novo modelo econômico, o Neoliberal.

O cenário da década de 90 apresenta-nos uma acentuada interferência do mercado no sistema educacional brasileiro em decorrência da globalização da economia. A partir disso, acordos e contratos foram feitos com agências internacionais o que possibilitou maiores intervenções em vários aspectos, principalmente políticos, econômicos e educacionais, dessas organizações nas decisões das políticas educacionais do país.

Um dos resultados dessa política, pautada no modelo societário neoliberal, é a reforma da educação profissional, implantada nas instituições federais de ensino a partir de 1996. A justificativa do Governo Federal, na época, era de que a Reforma da Educação Profissional possibilitaria a inclusão social de jovens e adultos trabalhadores através da profissionalização média, além de prepará-los para o mundo do trabalho dentro desse modelo político-econômico vigente.

A reforma da educação profissional dos anos 1990 se deu a partir da publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96 e do Decreto n.º 2.208/97, que regulamentou a educação profissional e definiu que a educação profissional de nível técnico teria a organização curricular própria e independente do ensino médio. Ocorre então uma ruptura, já que a legislação até aquele momento previa um currículo que integrava a formação profissional ao ensino médio.

O Decreto n.º 2.208/97 sofre inúmeras críticas por muitos não concordarem com a dissociação entre a educação geral e a profissional. É neste contexto de mudanças, que após sete anos, com o Governo do Luiz Inácio Lula da Silva o decreto é revogado com a promulgação do Decreto n.º 5.154/04, que retoma a

possibilidade de integração do ensino médio ao técnico, podendo ocorrer de forma integrada, concomitante e subsequente.

Dessa forma, inicia-se a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, onde em 2011 com o Governo da Presidenta Dilma, é sancionada a Lei n.º 12.513/2011 que instituiu, em âmbito nacional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec para atender, segundo anúncios, uma demanda de 8 milhões de trabalhadores até 2014. Frente a esses números, várias questões emergem sobre o real sentido desse programa na atual conjuntura vivida pelo Brasil.

A Educação Profissional veio de encontro a mim através de um estágio, onde participei de um processo seletivo para entrar no SENAI, no Departamento Nacional, onde permaneci por longos 2 anos. Através dele, tive a oportunidade de conhecer melhor a educação profissional e sua formulação, pude deparar-me com a possibilidade de uma outra realidade educativa inserida no contexto educacional.

No SENAI, percorri por vários projetos como a revitalização da Metodologia Senai de Educação, o processo de avaliação SAEP, itinerários, certificação de pessoas e participei de um grande evento “Olimpíada do Conhecimento” onde eu de fato vivenciei e percebi as capacidades dos grupos que estavam passando por essa formação profissional.

A pesquisa terá como objeto o Programa PRONATEC, recorreu ao enfoque qualitativo, o caminho metodológico será a utilização da técnica de grupos focais, que foi aplicada e realizada com 4 estudantes participantes do programa, inseridos em umas das instituições que ofertam o curso técnico em Manutenção Automotiva no SENAI e a professora ministrante deste grupo. Além de pesquisa bibliográfica por meio de revisão literária em livros, artigos e internet.

Este trabalho busca o entendimento do programa em foco e se de fato os alunos inseridos no Programa têm o conhecimento do que se trata o Pronatec, suas características, suas ofertas entre outros. Será analisado também, as perspectivas dos estudantes a partir do Curso Técnico em formação, se eles acreditam estar preparados mercado de trabalho, a contribuição do curso para sua formação, os objetivos e se o programa fornece todo o respaldo necessário para se ter êxito na vida profissional e na área educacional preparando esse indivíduo como ser pensante ou estritamente é um curso voltado para a preparação restrita para

ocupação imediata de postos de trabalho. Deve-se levar em consideração um processo de ensino aprendizagem permeado de estratégias eficazes que permitam um avanço na formação profissional e também intelectual não somente na forma de atuação imediata, mas que beneficie o sujeito para uma formação completa.

CAPÍTULO 1 – RECENTE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O ESTADO NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O objetivo deste capítulo é apresentar uma fase da história da Educação Profissional no Brasil, as políticas propostas e implementadas durante o Governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O ensino profissional passou por significativas alterações na década de 90, sendo uma delas a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 e o Decreto 2.208/97, período marcado pela reforma da educação profissional influenciada por vários fatores um deles os princípios neoliberais, e que resultaram em mudanças estruturais dessa modalidade de ensino no país.

Antes de uma abordagem mais específica, Manfredi (2002) diz que a educação profissional no Brasil tem como objetivo a de promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho. Como política pública, a Educação Profissional é vista como parte de um plano nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico sustentado e articulado a outras políticas de emprego, de trabalho e renda.

A década de 90 é marcada por um processo de reformas operacionalizadas na educação pelo governo brasileiro, envolvendo mudanças nos vários níveis e modalidades do ensino, em particular na educação profissional. Durante esse período, ocorrem intensas transformações nos âmbitos: econômico, sociocultural, ético-político, ideológico e teórico.

As principais características desse período capitalista estão centradas na globalização da economia, uma globalização competitiva que visa uma produção voltada para o aumento dos lucros através da tecnologia, ao invés do desenvolvimento da sociedade, transformando a economia em transnacional.

Entretanto, esse período não se refere apenas as questões econômicas, comércio internacional mais várias outras esferas, sendo a que nos interessa a área da educação.

Para compreender as mudanças que estão ocorrendo no sistema de ensino brasileiro, é importante destacar aspectos do contexto histórico do Estado, que também passou por uma reforma, a redefinição e reorganização capitalista que se configura em um novo modelo econômico, o neoliberalismo.

O neoliberalismo, segundo Silva (2002), atribuiu ao setor público e ao Estado as dificuldades e mazelas sociais e econômicas pelas quais países, como o Brasil, passavam e, em contrapartida, adotou os modelos considerados eficazes pela iniciativa privada como capazes de auxiliar a recompor a economia e a sociedade.

Com o modelo neoliberal instaurado no país, o governo liberal passou a intervir no sistema educacional juntamente com as empresas privadas, de forma que a formação foi direcionada para atender objetivos da produção capitalista preparando o indivíduo para o trabalho, com uma visão tecnológica, e por outro lado, a educação foi usada como meio de difusão do liberalismo, como forma de organização social.

A visão neoliberal, aponta os problemas da escola na má administração ao invés dos fatores sociais e econômicos, que são os principais fatores das situações de exclusão.

Segundo Frigotto (1994) o neoliberalismo prega um estado com atuação mínima nos fatores sociais e atuação máxima nos interesses do capital:

a educação e o conhecimento são reduzidos a menores fatores de produção alheios às relações de poder como se a educação estivesse a serviço do mercado, quando, na verdade, deveriam ser processos de emancipação (p .66).

Frigotto (2011), ainda diz mais:

As reformas neoliberais, ao longo do Governo Fernando Henrique, aprofundaram a opção pela modernização e dependência mediante um projeto ortodoxo de caráter monetarista e financeiro rentista. Em nome do ajuste, privatizaram a nação, desapropriaram o seu patrimônio (Petras, Veltmeyer, 2001), desmontaram a face social do Estado e ampliaram a sua face que se

constituía como garantia do capital. (...) A educação não é mais direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil. (p.240)

Diante dessa mudança, percebe-se os interesses político-partidários neoliberais em torno de uma nova relação entre inovação tecnológica, educação e processos de produção e organização. Fica evidente também, um modelo econômico que privilegia o capital financeiro externo e interno.

O cenário da década de 1990, em relação ao aspecto político, é marcado pela forte presença do mercado no sistema educacional brasileiro, em decorrência da globalização da economia. Existem fatores que interferiram na concepção das propostas elaboradas na época, um deles a intervenção de critérios e ideias das agências multinacionais (Banco Mundial, FMI, CEPAL, BID, PNUD, UNESCO, OREALC, ALAC), que na condição de agências financiadoras, para concessão ou não de créditos para fins de investimento na educação, definem as diretrizes que servem de base na constituição das políticas educacionais.

Apesar de não atuarem diretamente na área educacional, essas agências assinalavam que para haver articulação entre crescimento econômico e justiça na área social, eram necessárias algumas modificações nas políticas educacionais, passando assim a intervirem com suas recomendações na educação brasileira.

Dentre algumas práticas sugeridas por esses órgãos internacionais, Brito (2001) afirma:

Diante de propostas concretas do Banco Mundial para os diversos níveis de ensino que propõem a revisão do papel do Estado na educação, deixando de ser o principal executor e passando a constituir uma instância coordenadora e controladora, o Ministério da Educação tem apresentado propostas nem sempre convergentes, nas quais alguns princípios do Banco Mundial, entretanto, têm encontrado acolhida nas propostas educacionais. Entre estes, o princípio de que mecanismos de mercado são indispensáveis para a melhoria da escola pública. Para conseguir atingir estes mecanismos concorrenciais, preconiza-se a descentralização administrativa, pedagógica e financeira das unidades escolares, entendendo-se por descentralização uma forma de atingir

público específico e uma forma de redução de responsabilidades e de gastos. (BRITO, 2001, p.137)

A partir disso, podemos analisar que as relações capitalistas de produção passam a incorporar o cotidiano escolar, de forma que as propostas do Banco Mundial passam a ter relevância na formulação das políticas educacionais. As influências de órgãos internacionais nas políticas educacionais no Brasil, conduzem à ideia de descentralização das ações estatais na educação e desloca a preocupação com a formação humana para uma formação subordinada às demandas do setor produtivo.

Para Torres (2007), a proposta do Banco Mundial é “formulada por economistas para ser executada por educadores”. Ou seja, ao se tratar de educação não se leva em consideração o papel do professor e da pedagogia que são de suma importância para os aspectos de desenvolvimento social e educacional.

Ao mesmo tempo, o Estado passa a ser alvo de reformulação que, seguindo a receita neoliberal, “libera” a educação para o setor privado, levando de forma subordinada ao capital industrial. Estimular políticas educacionais que geram a subordinação das escolas profissionalizantes ao mercado de trabalho, estimula-se a ideia de que a culpa pelo desemprego e o atraso de um país nos setores sociais e de serviço estaria nos indivíduos e nas escolas profissionalizantes, que não os preparam devidamente, retirando assim, o foco de fatores realmente determinantes que são de ordem econômica e política.

No contexto da globalização e da política neoliberal do capitalismo, a educação expressa a hegemonia de novos paradigmas econômicos, culturais, políticos e tecnológicos, e, especificamente, na educação profissional, com recorrência à teoria do capital humano em sua nova ressignificação, objetivando a lógica do capital integrado e flexível (Debrey, 2002).

Portanto, a política educacional do Estado brasileiro na década de 90, é marcada por transformações que afetaram diretamente o país, nota-se a predominância do privado sobre o público, deixando clara a influência e as interferências de valores, orientações e diretrizes de órgãos internacionais na política educacional do país e ainda o não-compromisso social de quem formula a educação para com a sociedade.

Um dos resultados dessa política, pautada no modelo societário neoliberal, é a Reforma da Educação Profissional implantada nas instituições federais de ensino a partir de 1996, que será melhor abordada no item seguinte.

1.1 A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS ANOS 1990 NO BRASIL

A reforma do ensino profissional do governo Fernando Henrique Cardoso, anuncia como seu objetivo prioritário a melhoria da oferta educacional e sua adequação às novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada, que consiste em novos padrões de produtividade e competitividade. A justificativa do governo, era de que a reforma da educação profissional possibilitaria a inclusão social de jovens e adultos trabalhadores através da profissionalização média, além de prepará-los para o mundo do trabalho.

Dessa forma, se propõe a modernização do ensino profissional, de maneira que acompanhe o avanço tecnológico e atenda à demanda do mercado de trabalho, que exige produtividade, qualidade e flexibilidade. Com essa proposta, a Educação Profissional, de caráter complementar, conduzirá ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva e destinar-se á a alunos e egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem e adulto, independentemente da escolaridade alcançada (Manfredi, 2002).

Em 1997, o Governo Fernando Henrique Cardoso institui a reforma da Educação Profissional por meio do Decreto Federal 2.208/97, ao regulamentar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) em seus artigos 39 a 42:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, conhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão dos estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

A LDB, se torna um marco na educação profissional brasileira, uma vez que a reconhece como parte integrante do sistema educacional, com a finalidade de cuidar da educação escolar.

Nesse contexto, a política educacional, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n 9.394/96 (LDB), baseia-se, entre outros pressupostos, no reconhecimento de que o desenvolvimento de profissionais preparados para enfrentar os desafios postos pela sociedade contemporânea depende de uma forte educação básica e de uma competente educação profissional, esta complementar e articulada àquela.

No governo do FHC, percebe-se a importância de modernizar o ensino profissional, adequando-se às novas demandas econômicas e sociais. Segundo Cunha (1995), é possível destacar: a opinião de economistas na urgente necessidade de melhorar e mudar a qualidade da escola e preparar trabalhadores capazes de se adaptarem às inovações tecnológicas.

A partir disso, a Educação Profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias da educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

O Decreto n° 2.208/97 estabelece níveis à Educação Profissional, são identificados três níveis para a educação profissional:

Art. 3º A Educação Profissional compreende os seguintes níveis:

I – básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II – técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por esse Decreto;

III – tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados aos egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL,1997).

O nível básico destina-se a maioria dos trabalhadores, jovens e adultos, independentemente de escolaridade anteriores. Trata-se de uma modalidade de formação profissional cujos cursos não estão sujeitos a regulamentação curricular e podem ser ministrados em múltiplos espaços sociais: empresas, sindicatos, escolas, etc. Aos que concluírem os cursos de Educação Profissional de nível básico, será conferido certificado de qualificação profissional.

O nível técnico destina-se aos matriculados ou egressos do ensino médio. Terá estrutura organizativa e curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a ele. No entanto, só será concedido diploma de técnico aqueles que concluírem o ensino médio.

O nível tecnológico corresponde aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos de nível médio e/ou técnico.

Para Frigotto (2010), o Decreto nº 2.208/97, “reestabeleceu o dualismo entre educação geral e específica, humanista e técnica, destroçando, de forma autoritária, o pouco ensino médio integrado existente” (p.32). Este decreto teve como principal proposta a separação entre o ensino médio e a Educação Profissional, que desde então passaram a percorrer trajetórias separadas e não equivalentes.

A partir disso, entende-se que o Decreto nº 2.208/97 contribuiu para o aprofundamento da dualidade entre os trabalhadores que recebem uma formação para o pensar e os que recebem uma formação rápida para execução de tarefas específicas e para o atendimento ao mercado de empregos no modelo “fordista”.

Ou seja, formação profissional desvinculada da Educação Básica, condicionando o trabalhador a uma formação restrita que não considera a formação integral do sujeito, a qual integra pensar e fazer, ciência e tecnologia.

De acordo com o MEC (2005), esta reforma educacional buscava a “melhoria de qualidade e da pertinência da Educação Profissional em relação ao mercado de trabalho, construindo e fortalecendo parcerias entre sociedade e Estado, entre escola e setor produtivo”, ou seja, a proposta vai de encontro com as diretrizes do Banco Mundial, em relação ao fortalecimento das parcerias entre setores públicos e privados.

O Art. 5º do decreto, apresenta a principal mudança na modalidade de ensino da educação profissional que diz: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio”.

Ou seja, a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, sendo ofertada de forma concomitante ou sequencial. Dessa forma, ocorre uma ruptura entre a formação geral e profissional nos cursos técnicos. Os documentos oficiais, deixam evidente que essa separação privilegia uma formação restrita e direcionada para ocupação no mercado de trabalho.

Com o novo formato de ensino técnico apresentado pelo decreto, continuaria a existir, na visão de Moura (2010), a dualidade histórica, com a formação de caráter propedêutico, comumente utilizada para a formação das elites, e a formação de caráter instrumental dirigida à classe trabalhadora popular.

O conceito dualista da educação: o propedêutico e o profissional, faz com que, o ensino profissional possa ser ensinado em qualquer lugar, de qualquer modo, basta que se cumpra a carga horária exigida pelos parâmetros curriculares para ser considerada profissionalizante. A percepção que se tem é de que quem analisa o que é necessário para a formação dos jovens trabalhadores é o empresário, e não mais os profissionais da educação.

Alguns documentos como o Parecer CNE/CEB nº16/99, aborda uma visão das escolas técnicas antes da reforma e suas alterações advindas da nova reforma:

as escolas técnicas tradicionais acabaram se tornando a opção pessoal de estudos propedêuticos, distorcendo a missão dessas escolas técnicas. A

separação entre educação profissional e ensino médio, bem como a rearticulação curricular recomendada pela LDB, permitirão resolver as distorções apontadas. Em primeiro lugar, eliminando uma pseudo-integração que nem prepara para a continuidade de estudos nem para o mercado de trabalho. Em segundo lugar, focando na Educação profissional a vocação e missão das escolas técnicas. (p.15).

Para Neves (1999, p.142), o preparo destes jovens passou a possuir um currículo fragmentado e dissociado, levando-os a ingressarem nas atividades profissionais de trabalhos simples e “empurrando para o nível superior a educação tecnológica de natureza integral”.

A sugestão de modelo de Educação Profissional, foi baseada em cursos de curta duração, baixo custo e que atinjam a maior quantidade de alunos, desvinculados da pesquisa e extensão. Ou seja, existe uma valorização em cursos de curta duração para que o jovem seja absorvido mais rapidamente pelo mercado de trabalho.

As medidas implementadas durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso parecem, à primeira vista, importantes no sentido de ampliação de vagas e conseqüentemente no aumento das chances de escolarização de brasileiros das camadas populares, mas que, se analisadas da forma como foram implementadas na prática, favorecem a exclusão social, pois “o estudante pode vir a ter acesso à escola, mas não terá, necessariamente, acesso ao conhecimento” (NEVES, 1999, p. 146).

Portanto, a educação pressupõe uma ampla base científica e tecnológica para a classe dominante, garantindo o desenvolvimento de sua capacidade de governar. Enquanto, para classe trabalhadora é garantida uma educação, que faz com que permaneçam sendo uma classe social governada, contribuindo para o capitalismo.

Diante disso, fica evidente a inversão de papéis entre Estado e mercado, onde as diretrizes do Estado contemplam a formação técnica desvinculada da formação geral. Verificaremos também através dos textos oficiais, emitidos durante o governo FHC, um processo de mercantilização da educação.

Com o fim do governo Fernando Henrique Cardoso, o Partido dos Trabalhadores assume a presidência, e no que diz respeito a educação profissional,

ocorreram algumas transformações de um governo para o outro, incluindo a revogação do Decreto n.º 2.208/97 que será analisado a seguir.

1.2 DO NEOLIBERALISMO PARA O MODELO SOCIAL-DESENVOLVIMENTISTA: A PROMULGAÇÃO DO DECRETO N° 5.154/2004 NO GOVERNO LUIZ INACIO LULA DA SILVA

Ao fazermos um contraponto da política educacional do governo FHC com o governo Lula, vemos uma transição do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista no governo brasileiro.

Nesse período, houve também a vitória das classes para conquistar a sua hegemonia. O Estado reafirmou sua soberania nacional, reorientou sua política internacional, assumiu a responsabilidade de solucionar os problemas sociais com a inclusão de mais de um terço da população brasileira em programas de garantia de renda. Houve, também, a reconstrução de um projeto de desenvolvimento econômico, como a valorização do salário mínimo, que teve grande impacto na redução da desigualdade, na diminuição da pobreza, além de dinamizar o mercado de consumo interno.

Essa transição do modelo neoliberal para o social-desenvolvimentista iniciou a retomada de uma sociedade salarial: avanço do emprego assalariado com carteira assinada e ampliação do consumo popular, principalmente, pela população de menor renda.

Com esse cenário, o governo do Partido dos Trabalhadores assumindo a presidência, por Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreram mudanças na área educacional do país. Em Julho de 2004, após sete anos de publicação do Decreto n° 2.208/97, é revogado com a promulgação do Decreto n° 5.154/04.

Instituído o Decreto n.º 5.154 que regulamenta o § 2.º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n.º 9.394/96. Este novo Decreto, no artigo 4.º, abre-se uma nova possibilidade de oferta de Educação Profissional integrada à Educação Básica, item não contemplado pelo Decreto n.º 2.208/97:

Art. 4o [...] § 1o articulação entre a Educação Profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a Educação Profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso [...]

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004).

A educação profissional técnica de nível médio abrange os seguintes cursos: Técnico na forma subsequente (concluiu o Ensino Médio), Técnico na forma concomitante (matriculado no Ensino Médio) e Técnico na forma integrada (concluiu o Ensino Fundamental). Portanto, o estudante que já concluiu o Ensino Médio pode fazer apenas um curso técnico subsequente, não sendo possível a ele cursar o concomitante ou integrado, já que esses cursos possuem currículo e características específicas, de forma articulada com o Ensino Médio.

O Decreto nº 5.154/04 retoma a possibilidade de integração do ensino médio ao técnico, não eliminando as demais formas instituídas pelo decreto anterior – a subsequente e a concomitante –, abrindo a possibilidade para a integração para os que ainda estão no ensino fundamental, sendo eles do ensino médio regular ou da educação de jovens e adultos.

Do Decreto 2.208/97, manteve a progressividade e cumulatividade na formação e certificação dos estudantes, à medida que o aluno aproveitaria “sua qualificação inicial, podendo complementá-la com cursos técnicos de nível médio e de graduação, desde que estes tenham sido organizados dentro de itinerários formativos específicos” (BRASIL, 2004).

Porém o novo decreto, mesmo possibilitando a integração do ensino médio com a educação profissional, manteve a separação do ensino médio da educação profissional e a concomitância, conforme decreto anterior.

Em relação a formação integrada, reafirma um posicionamento do governo brasileiro de garantir a todo(a) trabalhador(a) a formação profissional com elevação de escolaridade, numa dimensão técnica e científica. O pensar e fazer juntos, na contramão da dualidade aprofundada pelo Decreto nº 2.208/97.

Ramos (2010) diz que a visão de ensino médio integrado ao técnico que retornou com o Decreto nº 5.154/04 vai ao encontro dos ideais ligados à politecnia:

o ideário da politecnia busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade...(p.44).

A politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diversas técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo na modernidade e que se, entendidos pelo profissional, lhe possibilitarão condições de atuar em várias modalidades de trabalho.

A partir disso, a educação profissional técnica de nível médio oferece aos alunos egressos de seus cursos em várias áreas de atuação uma formação que dá o direito de exercício de uma profissão como técnico de nível médio. Já o ensino médio no Brasil corresponde à última fase da educação básica e propicia uma educação de caráter científica geral e não profissionalizante.

Ancorados no Decreto nº 5.154/04, muitas ações foram estabelecidas ao longo dos oito anos de Governo Lula, é contemplado no Fundo Nacional de Financiamento da Educação Básica-FUNDEB recursos para ensino médio integrado à educação profissional, educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, dentre outras ações.

Em síntese, nas duas gestões do Presidente Lula, no âmbito da Educação Profissional houve uma posição clara pela oferta de uma educação profissional integrada à educação básica, não desmerecendo o debate do governo anterior, mas fazendo-o avançar.

É importante deixar claro a importância da formação profissional integrada como fundamental desenvolvimento social e econômico do Brasil. Ou seja, o desenvolvimento econômico não pode estar desvinculado ao desenvolvimento social, assim como, a formação profissional não pode estar desvinculada da escolarização básica.

A educação profissional não pode ser olhada apenas como viés econômico, de mão-de-obra qualificada para atender o mercado de trabalho. Realizar a integração da educação profissional e da educação básica é um direito do trabalhador brasileiro, uma conquista histórica.

Chegando ao Final do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2011, Dilma Rousseff chega à presidência do País. No que tange à Educação Profissional e Tecnológica é instituído como marco normativo o Pronatec, Lei nº 12.513/11, que será melhor abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – O PRONATEC – PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, a ser executado pela União, tem como finalidade a de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.

Além disso, o Pronatec visa a ampliação de vagas e expansão das redes estaduais de educação profissional. Ou seja, a oferta, pelos estados, de ensino médio concomitante com a educação profissional. Os recursos do programa virão do orçamento do Ministério da Educação, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Sistema S e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com isso, o programa busca democratizar a educação profissional e tecnológica, através do aumento do número de vagas, ampliação de instituições pelo país e bolsa de estudos aos interessados, formando os indivíduos para o mercado de trabalho.

O Pronatec oferta 646 cursos de qualificação e 220 cursos técnicos, que podem ser consultados no Guia Pronatec de Cursos FIC no site do Pronatec, e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

A política pública de educação profissional Pronatec, deve perseguir os seguintes objetivos:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. [Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013](#).

Além dos objetivos de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, o programa deve contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, buscando ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR. A Partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa.

Segundo sua Lei de criação (Lei 12.513/2011), o programa Pronatec, tem como público beneficiado:

Art. 2º O Pronatec atenderá prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

A lei ainda prevê a estimulação da participação das pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, materiais, currículos e estrutura física. Além disso, o programa contemplará a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes/jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

É de suma importância o reconhecimento da diversidade de sujeitos, e a adequação a cada um de forma que permita o acesso dentro da política pública de educação profissional.

O MEC divulgou um número de 5 a 6 milhões de vagas, para atender ao programa, porém o que se observa é que para atender este número, somente o Pronatec que corresponde a Lei n.º 12.513/2011 não conseguiria, o que faz com que outras iniciativas desenvolvidas pelo MEC correspondam a este número de vagas como: Programa Brasil Profissionalizado, Rede E-Tec, Acordo de Gratuidade do Sistema S e Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O Programa Brasil Profissionalizante destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal.

A Rede E-Tec oferece gratuitamente cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância.

Já o Acordo de Gratuidade do Sistema S, tem por objetivo ampliar a aplicação dos recursos do SENAI, SENAC, do SESC e do SESI, que são recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.

A partir disso, os números que se contabilizam correspondem não somente ao programa Pronatec, mas a todas essas outras iniciativas referidas a cima. O que chega realmente com o programa é a denominada “Bolsa-Formação”, que está prevista na Lei n.º12.513/2011:

Art. 4º O Pronatec será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:

IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:

- a) Bolsa-Formação Estudante; e
- b) Bolsa-Formação Trabalhador;

A Bolsa-Formação é o meio que o governo federal através do Pronatec, oferta gratuitamente, cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, em instituições que atuam na educação profissional.

A Bolsa-Formação Estudante, destina-se a atender o estudante regularmente matriculado no ensino médio ofertado pelas escolas públicas. Nessa modalidade, o estudante frequenta concomitantemente as aulas do ensino médio em sua escola e, em um outro turno, frequenta as aulas do curso técnico de nível médio ofertado por instituições ofertantes do programa.

Enquanto a Bolsa-Formação Trabalhador, destina-se a atender o trabalhador e os beneficiários dos programas federais de transferência de renda, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Em relação a inscrição para a Bolsa-Formação, caso haja concorrência de mais de um candidato por vaga, o Pronatec dará prioridade para alunos que tenham cursado o ensino médio na rede pública ou como bolsista integral na rede privada.

Quanto as modalidades de formação para fins desta lei são estabelecidas os cursos:

Art. 5º Para os fins desta Lei, são consideradas modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos:

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; e

II - de educação profissional técnica de nível médio; e (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)

III - de formação de professores em nível médio na modalidade normal. (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013).

Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ou qualificação profissional, são cursos que têm como foco uma formação específica, em relação ao Pronatec, eles possuem carga horária mínima de 160 horas e duração média de 200 horas, em cerca de três meses. O requisito de acesso aos cursos de qualificação varia desde a não exigência do Ensino Fundamental completo até a exigência de Ensino Médio completo. Tais requisitos estão estabelecidos no Guia Pronatec de Cursos FIC que se encontra no site do Programa Pronatec.

A formação no Ensino Técnico é voltada para a compreensão dos processos de melhoria contínua nos setores de produção e serviços, além de capacitar os estudantes ao emprego de novas técnicas e tecnologias no trabalho. Os cursos técnicos possuem carga horária que varia de 800 a 1200 horas e têm duração média de um ano e meio a dois anos. O requisito de acesso ao curso técnico é estar matriculado ou ter concluído o Ensino Médio. Tais requisitos estão estabelecidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que, conforme a Resolução CNE/CEB nº 3/2008, se aplica a toda a educação profissional e tecnológica.

Com relação á números de matriculados, podemos verificar logo abaixo o número de matrículas efetuadas nos cursos, segundo Sistec/MEC/2013: são cerca de 1.900.000 (um milhão e novecentas mil) matrículas em cursos FIC e de 200.000 (duzentas mil) matrículas em Cursos Técnicos.

A partir dos números acima, podemos inferir que as instituições ofertantes do Programa Pronatec, têm matriculado mais indivíduos em cursos FIC que são de “curta duração”. O que faz com que cheguemos a conclusão de que o foco do

Programa, que tem em seu nome o acesso ao Ensino Técnico, seja contraditório já que as ofertas são de cursos “rápidos” com pouca duração, um curso FIC tem em média 160h, cerca de três meses, já um curso Técnico tem duração entre 800h e 1200h.

Os Cursos Técnicos, obrigatoriamente, são ofertados articulados ao Ensino Médio sendo eles concomitantes, integrados ou subsequentes, já os cursos FIC, não possuem vinculação com a Educação Básica.

Desde a implantação do programa, são ofertantes do Pronatec as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, as instituições do Sistema “S” (Sesi, Senai, Senac, Senat, Senar), e as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas pelo MEC para oferta de cursos técnicos subsequentes.

A oferta de cursos no âmbito da “Bolsa Formação” do Pronatec, segundo dados do Sistec/MEC está assim distribuída: 80% ofertada pelo “Sistema S”, 15% pela Rede Federal de EPT e 5% pelos Estados/DF. Até esse momento, o “Sistema S”, tem ficado com a maior parcela dos recursos.

Diante disso, podemos perceber a predominância da oferta do “Sistema S”, como o maior ofertante do Programa Pronatec. Segundo o site do programa, quanto às matrículas em cursos técnicos, a participação da Rede Federal é de 31%, a do SENAI 20%, a das instituições privadas que aderiram ao Sisutec 19%, do SENAC 15% e a das Redes Estaduais 15%. Os demais ofertantes de cursos técnicos são responsáveis por 0,01% da oferta. Já as vagas em cursos de qualificação profissional, a participação da Rede Federal é de 8%, a do SENAI 48%, a do SENAC 38% e a das redes estaduais 2%. Os demais ofertantes são responsáveis por 4% da oferta.

Quanto aos profissionais, foi criada uma nova categoria profissional chamada “bolsistas”, indivíduos contratados por edital público para atuação eventual nos cursos, sem possuir nenhum vínculo empregatício, o que faz com que seja atendido um imediatismo do Programa e aos interesses privatistas da educação brasileira.

Segundo Lima (2011, p. 12), os governos quando não mantêm a Educação Profissional como direito de acesso universal e oferta obrigatória:

[...] podem vir a utilizar a oferta de bolsas, mesmo quando restrita aos egressos de rede pública, como instrumento de auto-legitimação sob o pretexto de, por um lado, favorecer aos mais capazes e, por outro, de não gastar o dinheiro público com a criação de infra-estruturas formativas rígidas, burocráticas e perdulárias.

A partir de tudo o que foi dito, podemos concluir que o Pronatec é um programa que reúne várias ações, onde muitas antecedem o próprio programa, dando a entender o esforço de superar a fragmentação das ações. Percebe-se também, uma grande influência das políticas do governo FHC.

O Programa Pronatec tem como concepção a urgência de formação para o mercado de trabalho, a articulação entre público e privado, cursos de formação aligeirados, voltados estritamente para a ocupação imediata em postos de trabalho.

Outro ponto importante, é que embora haja ações voltadas para a elevação de escolaridade, esta não é a ênfase do programa. O que se percebe é a lógica de manutenção de um sistema em que os indivíduos continuam recebendo uma formação rasa, para execução de tarefas rudimentares, com baixa formação intelectual.

É necessário que as políticas públicas de educação profissional, como o Pronatec, avancem no que diz respeito a elevação de escolaridade, a escolarização básica, a formação pedagógica dos atuantes em sala entre outras lacunas que necessitam ser aperfeiçoadas.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a inserção de alguns indivíduos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), matriculados no Curso Técnico em Manutenção Automotiva, por meio da entidade ofertante SENAI que fica localizada na cidade de Taguatinga Norte.

3.1 Metodologia

A metodologia científica utilizada para o levantamento dos dados contidos nesse estudo, foi a entrevista individual para a obtenção de dados qualitativos de caráter descritivo.

A entrevista ocorreu através de gravador e relatório escrito, os indivíduos foram entrevistados individualmente, foram feitas seis questões para cada um dos estudantes, sendo que ao decorrer da entrevista outras questões foram surgindo. O objetivo da pesquisa foi saber se os entrevistados conheciam o Programa Pronatec o qual eles fazem parte.

3.2 Participantes

A amostra da pesquisa se concentra em estudantes que estão cursando o ensino médio e que estão em processo de formação em um Curso Técnico de Manutenção Automotiva, com o total de carga horária em 1200h, ofertado pela instituição SENAI, e que faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Dessa forma, eles atendem a critério necessário para alcançar o objetivo desta pesquisa, já que estão cursando o ensino técnico através do Programa.

A aplicação da entrevista foi realizada com 4 estudantes. O local de moradia dos entrevistados fica em cidades próximas à instituição, como Samambaia, Taguatinga Sul, Taguatinga Norte e Brazlândia. A renda familiar varia de 1 a 6 salários mínimo. Não possuem filhos. Todos entrevistados são do sexo masculino. A idade varia, os estudantes se encontram de 17 a 19 anos. A escolaridade se mostrou em maioria que estavam cursando o ensino médio.

3.3 Instrumentos

O instrumento utilizado para o levantamento de dados foi a entrevista, através de gravador e relatório escrito, aplicada aos estudantes que fazem parte do Programa Pronatec em formação do Curso Técnico em Manutenção Automotiva.

Foram elaboradas 6 questões, porém, no decorrer da entrevista por se tratarem de questões abertas, foram surgindo outras questões aleatórias.

As perguntas foram:

1-Conhecem o Programa Pronatec?

2-O que motivou a fazer o curso técnico?

3-O que mudou na sua vida depois que começou o curso?

4-Qual a sua perspectiva após o término do curso?

5-O que você melhoraria no curso?

6-Você recebe a bolsa-formação?

A partir do instrumento utilizado, pode-se constatar que os entrevistados não possuem conhecimento do Programa Pronatec, o qual eles estão inseridos, fazendo com que o conhecimento dos entrevistados se restrinja apenas à instituição ofertante do curso técnico que eles estão cursando, nesse caso o Senai.

3.4 Procedimentos

Para a realização desta pesquisa, a instituição escolhida foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, localizada na cidade de Taguatinga Norte. Meu primeiro contato com a instituição foi por telefone, onde conversei com a Coordenadora que pediu que eu enviasse toda a proposta por e-mail, sendo assim, foram alguns dias de negociações referentes a data e horários possíveis de se fazer a entrevista. A visita ocorreu no dia 28 de maio de 2015 e teve a duração de 2 horas, cada participante foi entrevistado individualmente através de um gravador, e ainda utilizei anotações por escrito.

Contei ainda com um roteiro de seis questões, onde a partir destas foram surgindo outras questões pertinentes aos interesses da pesquisa, e a partir disso consegui absorver as devidas conclusões.

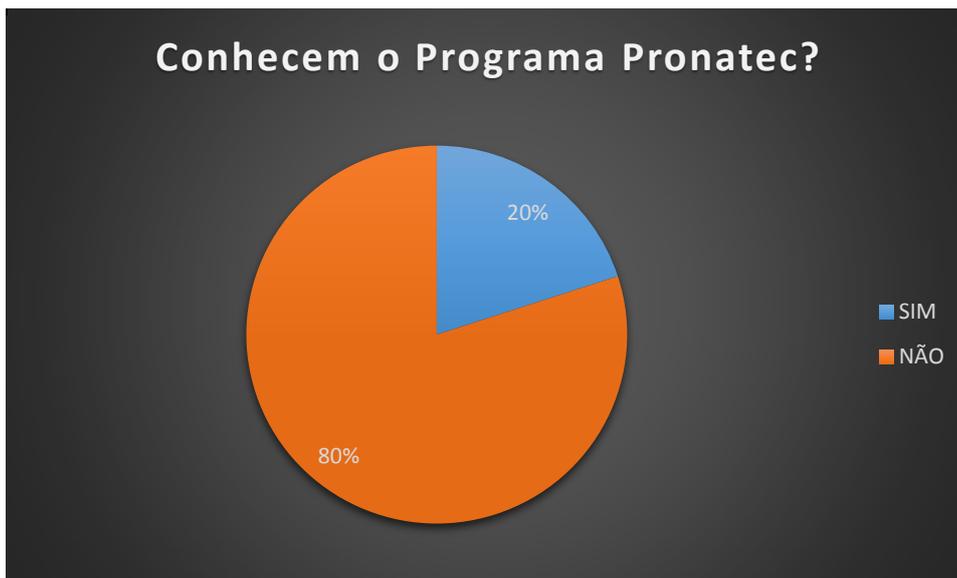
Encontrei dificuldades para conseguir fazer as entrevistas, tanto na Instituição do Senai, quanto em outras instituições que ofertam Pronatec, foi feito inclusive um pedido para tentar fazer a entrevista com mais uma turma de Pronatec no Senai, porém não obtive sucesso. A quantidade reduzida de participantes entrevistados, se deu exatamente por essa dificuldade em que encontrei com a não permissão das instituições.

3.5 Análise dos Dados

A análise de dados foi qualitativa, visando compreender o grau de conhecimento dos estudantes em relação ao Programa Pronatec no qual eles estão inseridos através do Curso Técnico em Manutenção Automotiva, que conta com uma carga horária de 1200h, sendo a entidade ofertante o SENAI.

A pesquisa conta com 2 perguntas fechadas e as outras 4 de caráter aberto, ou seja, possibilitando as variedades de respostas. Sendo assim, para as perguntas fechadas serão apresentados gráficos, e as perguntas abertas terão caráter descritivos a partir das respostas gravadas em áudio dos estudantes e da professora.

O gráfico 1 é baseado na primeira pergunta fechada, que pretende avaliar o grau de conhecimento do Programa Pronatec pelos entrevistados:



Fonte: dados coletados pela pesquisadora

É possível perceber a falta de conhecimento dos entrevistados em relação ao Pronatec, o que implica em uma série de situações, sendo uma delas uma possível falta de conhecimento e entendimento dos seus benefícios e direitos quanto estudante participante do Programa, ou seja, caso a instituição ofertante do curso técnico não esteja cumprindo com seus deveres e acordos junto ao governo, isso passará despercebido ao estudante que não tem o mínimo de conhecimento do programa e dos seus direitos.

Outra questão que analisei durante a entrevista é que os estudantes enxergam a instituição ao invés do programa, ou seja, eles entendem que quem está ofertando o curso técnico é a própria instituição, distorcendo o entendimento já que quem arca com todo o custo é o governo e não a entidade ofertante. Um dos entrevistados que respondeu “sim” disse: “É a forma mais fácil de se conseguir um curso técnico gratuito, principalmente quando se faz parte da rede pública”, o que me remeteu ao acordo de gratuidade do governo junto ao sistema “s”, não sendo o Pronatec a única forma de acesso ao ensino técnico, porém também muitos desconhecem essa outra possibilidade de se fazer um curso técnico gratuito.

Constata-se ainda, que apesar do governo apostar em um site próprio para o Pronatec, investir em propagandas, ainda assim não tem atingindo o público alvo de forma que facilite a explicação e proposta do programa de forma clara, não facilitando a compreensão do que de fato é o programa.

A segunda questão aplicada aos entrevistados foi “o que motivou a fazer o curso?”, as respostas foram “a escola indicou”, “por meio de um amigo, que já havia feito um curso de qualificação”. A partir disso, infere-se que os estudantes sofrem grande influência da escola em relação a motivação para fazer curso técnico, frisando a importância da educação profissional junto à educação básica, o que é um ponto muito positivo.

Além disso os entrevistados foram questionados a respeito da escolha do curso técnico em Manutenção Automotiva, apenas um soube responder o motivo de escolha deste curso técnico, que foi devido seu gosto por carros juntamente com uma experiência anterior em mecânica, foi colocado pelo mesmo entrevistado a questão de melhoria da sua formação na parte de Elétrica. Outro entrevistado esboçou uma provável escolha devido a oferta de vagas no curso, já outro abordou a questão de perspectiva profissional em relação ao mercado de trabalho no que diz respeito a salário.

Observa-se que nenhum estudante falou da questão de elevação de escolaridade, o que muito me chamou a atenção, pois o programa aborda essa perspectiva apesar de não ser a ênfase do programa, o que mais uma vez mostra a falta de conhecimento dos entrevistados a respeito do Programa o qual eles estão inseridos

A terceira questão implica em “o que mudou na sua vida depois que começou o curso?”, a resposta da questão foi unânime entre os entrevistados, eles responderam que ainda não enxergam grandes mudanças a não ser em atribuição de novos conhecimentos. O que eu percebo com a negação desta pergunta e a abordagem presente durante a entrevista gravada é que, existe uma pré-expectativa formada de que assim que eles entrassem no curso técnico já se teria uma possibilidade de empregabilidade, já que o programa em suas propagandas enfatiza o aspecto de facilidade ao mercado de trabalho, o que faz com que muitos distorçam essa informação, pois o natural seria que eles pensassem na empregabilidade assim que estivessem formado no curso, mais uma vez me remete a falta de clareza do programa ao público alvo. Sendo assim é possível que eles consigam um emprego ou pode ser que não aconteça.

Apesar do programa se falar em empregabilidade tudo ainda fica muito incerto quanto a isso, pois ainda não foram feitos levantamentos de dados e

estudos certos de quantas pessoas ao certo são empregadas durante o período de curso ou no seu término, e até mesmo não podemos vincular totalmente o curso técnico á uma vaga de emprego.

Quanto a quarta pergunta “qual a perspectiva após o término do curso?” os entrevistados foram bem enfáticos em relação a expectativa de atuação na área através do mercado de trabalho, ou seja, eles esperam estar empregados. O que mais me chama atenção diante dessa questão, é que nenhum dos entrevistados falou da questão de continuação dos estudos e de sua formação, seja ele para tentar faculdade, ou um outro curso técnico, dando foco apenas na possibilidade de empregabilidade. O que me remete e me faz buscar no referencial teórico, a questão do ensino profissionalizante estar formando “máquinas” para o mercado de trabalho, ao invés de seres pensantes que vão se preocupar com a continuação de sua formação e a elevação de escolaridade, que deve ser trabalhado o ensino técnico profissional como forma de continuação de formação e qualificação.

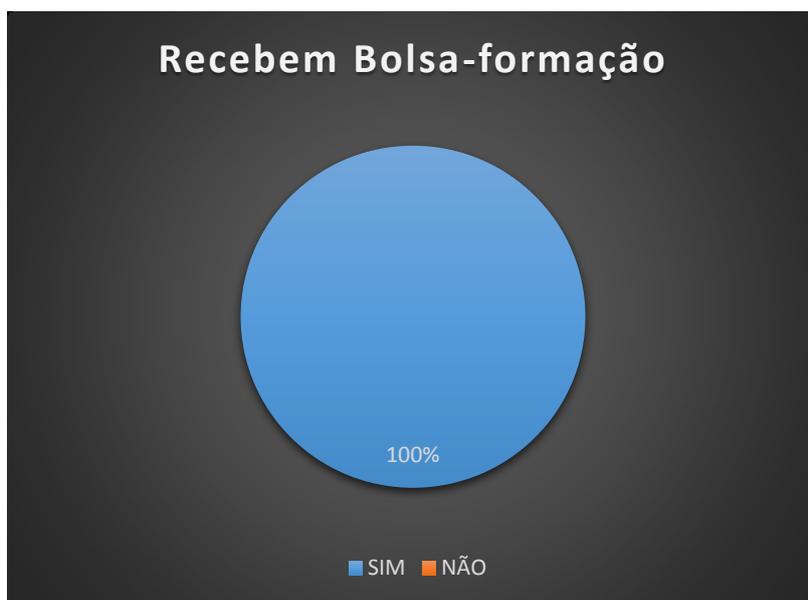
Foi colocado pelos estudantes entrevistados o término no Programa, eles disseram que estavam receosos de não conseguirem concluir o curso, pois o governo por falta de verba está encerrando o programa. Ou seja, quem iniciou o curso a princípio encerrará, mas aqueles que contavam com a possibilidade de fazê-lo no segundo semestre de 2015 não haverá mais vagas abertas, devido ao encerramento do programa.

Outra questão levantada e que muito me chamou a atenção, foi a questão de que caso os estudantes reprovem alguma matéria durante o percurso do curso, eles devem arcar com as despesas para poder refazer a matéria novamente, o valor varia de instituição para instituição. A partir disso, infere-se que o governo repassa o valor do curso por aluno fechado, não levando em consideração a possibilidade de reprovação, ou seja, o governo subentende que se o aluno reprovou ele não está apto ou não se dedicou o suficiente, não levando em consideração as situações adversas do estudante. Com essas observações levantadas, percebe-se um certo desanimo por parte dos entrevistados.

A quinta pergunta foi “o que você melhoraria no curso ou no Programa Pronatec?”, 3 dos estudantes entrevistados estão satisfeitos com o curso e sentem-se preparados para atuar no mercado de trabalho. Apenas um único entrevistado não está satisfeito com o currículo do curso, e acha que o currículo deve ser

reforçado na área de Elétrica, e ainda mais adequado com aulas práticas. Nenhum dos entrevistados se manifestaram a respeito de melhorias no Programa Pronatec, o que nos remete à primeira questão, devido à falta de conhecimento do programa eles não conseguem identificar as necessidades de melhoria e adequação, o que é muito grave, pois, se torna-se muito difícil analisar a efetividade do programa, já que os indivíduos inseridos não conseguem identificar falhas nem melhorias.

O gráfico 2 se refere a questão de número seis que diz o seguinte “você recebe a Bolsa-formação?”:



Fonte: dados coletados pela pesquisadora

Para fazer uma breve recapitulação no que diz respeito à bolsa-formação, a Lei 12.513/2011 que institui o Pronatec, em seu art.4º denomina as formas que o programa será desenvolvido por meio de algumas ações, sendo uma delas a bolsa-formação nas seguintes modalidades: Bolsa-formação Estudante e Bolsa-formação Trabalhador. A Bolsa-Formação é o meio que o governo federal através do Pronatec, oferta gratuitamente, cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, em instituições que atuam na educação profissional.

A Bolsa-Formação Estudante, destina-se a atender o estudante regularmente matriculado no ensino médio ofertado pelas escolas públicas. Nessa modalidade, o estudante frequenta concomitantemente as aulas do ensino médio em sua escola e,

em um outro turno, frequenta as aulas do curso técnico de nível médio ofertado por instituições ofertantes do programa.

Enquanto a Bolsa-Formação Trabalhador, destina-se a atender o trabalhador e os beneficiários dos programas federais de transferência de renda, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Através das entrevistas, constata-se que todos estudantes entrevistados recebem o benefício referente a bolsa-formação no valor de R\$160,00, informação dada pelos próprios entrevistados. Questionados a respeito do valor, obtive algumas respostas como: “é apenas um incentivo do governo”, “não dá para pagar nem a passagem”, “é uma ajudinha”. Além disso, ainda perguntei aos entrevistados se eles recebiam além deste recurso algum outro tipo de auxílio como: transporte ou alimentação, logo disseram que não. Porém, no caso do transporte foi colocado a questão do passe-livre que faz com que eles não tenham custos a mais com o deslocamento. Já em relação a alimentação, os alunos estudam no turno vespertino, das 14hrs às 18hrs, não sendo oferecido nenhum tipo de refeição pelo programa e nem pela instituição ofertante. Percebe-se que os alunos não entendem a bolsa auxílio como um estímulo financeiro para iniciar o curso, e também não contam com aquela quantia como forma de ajuda financeira, ou seja, não contam com o dinheiro para maiores fins.

A instituição deve prevê todo o gasto com materiais e suportes necessários para a formação dos estudantes, levando em consideração toda a estrutura necessária para a oferta do curso, visto acordo com o governo que repassa todo o valor referente a despesas do aluno para a instituição.

Dessa forma, é interessante observarmos e analisarmos qual de fato tem sido a proposta do Pronatec, já que não está claro para os indivíduos inseridos no programa o intuito e as perspectivas desta política pública.

Ao final, a minha pesquisa não atingiu o objetivo esperado, já que os estudantes entrevistados, não conhecem o Programa Pronatec. Porém, foi de extrema relevância a pesquisa, já que através da entrevista pode-se fazer outras análises importantes a respeito do programa em foco, o que muito contribuiu para a minha formação. Para conclusão desta pesquisa, e como forma de fazer um apanhado geral deste trabalho, desde o início até os resultados desta pesquisa, o item seguinte trará um relatório final para compreensão de todo o estudo que foi

feito durante esta pesquisa. As considerações finais, contribuirá para um melhor esclarecimento e fechamento deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período dos anos 90, o Brasil passou por diversas transformações, incluindo o processo de reorganização e reforma do Estado, que se configura em um novo modelo econômico, o Neoliberalismo. Com essa redefinição de modelo capitalista, o Estado passa por um período de acentuada interferência do mercado no sistema educacional brasileiro, implementando uma abertura comercial e financeira globalizada.

A educação também fez parte de reformas e programas, provenientes da mudança de modelo do Estado. O cenário das políticas de educação é caracterizado pela interferência das agências financiadoras como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras instituições multilaterais (BIRD, CEPAL, OIT), que mantinham acordos e contratos de empréstimos junto ao governo. Essas organizações internacionais, devido sua grande influência, apontaram que a educação profissional deveria ser assumida por entidades privadas, e que os cursos técnicos estivessem a serviço do mercado. Ou seja, o Estado deveria restringir sua atuação junto a formação profissionalizante, buscando convênios junto a fundações, ONG's e entidades privadas.

Um dos resultados dessa política, foi a Reforma da Educação Profissional, ocorrida no Governo do FHC, através da publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96 e do Decreto n.º 2.208/97. Em relação a principal mudança que o Decreto n.º 2.208/97 fez na modalidade de ensino técnico, foi a ruptura da educação profissional ao ensino médio, quando definiu em seu Art. 5º “A educação

profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio”.

Ficou evidenciado o sentido hegemônico do capital e seu modelo neoliberal, além da desvinculação do ensino médio e educação profissional de nível técnico, foi acentuada a dualidade estrutural na educação mantendo, assim, a separação do saber científico do fazer técnico produtivo, mediante a modularização.

Diante disso, podemos observar que a política educacional no governo FHC transferiu a responsabilidade da educação profissional para as instâncias estaduais, municipais e privadas, atendendo às exigências dos organismos internacionais, com caráter de formação profissional acelerada, voltada, exclusivamente, para atender às necessidades do mercado de trabalho.

No governo Lula, procuraram reverter a desorganização do ensino profissional. Ocorre então, a revogação do Decreto n.º 2.2008/97 e se promulga o Decreto 5.154/04, que dá início a expansão da Educação Profissional e Tecnológica. O decreto avançou na possibilidade de integração entre escolarização e profissionalização, que afirma: "tanto a LDB quanto o novo decreto regulamentador da Educação Profissional, o Decreto 5.154/04, não admitem mais essa dicotomia que separa a teoria da prática" (BRASIL, 2004, p. 5).

Pode-se concluir que a reforma da educação profissional no Brasil, na década de 90, foi guiada pela lógica do mercado. O conteúdo da reforma estrutural no Estado expressa o princípio de que o Estado deixe a função de executor e passe a ser uma instância controladora com integração à economia internacional. Na reforma da educação profissional, percebe-se a incorporação da iniciativa privada, por uma modernização flexível, predominando os critérios de eficiência, eficácia e produtividade, sendo feita uma formação acelerada voltada totalmente para ocupação em postos de trabalho.

Através das Análises de Resultados contidas nesse estudo, levando em consideração o objeto de estudo desta pesquisa que é o Programa Nacional de

Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído através da Lei nº 12.513/2011, pode-se dizer que os estudantes entrevistados não têm o conhecimento desta política pública de educação profissional na qual eles estão inseridos.

A falta de esclarecimento do Programa implica em vários aspectos negativos, como o não conhecimento dos benefícios, a forma de condução do curso por parte da entidade ofertante, a não identificação de efetividade, a falta de criticidade tanto da instituição quanto do programa, e algo muito importante é o aluno não conseguir se identificar dentro do programa o qual ele faz parte, entre outras questões relevantes. Além disso, os indivíduos beneficiados apenas conseguem entender que a entidade ofertante, neste caso, o SENAI, é responsável pela oferta do curso gratuito. A instituição apenas oferta, porém os custos referentes ao estudante são arcados pelo governo, o que é de extrema importância que os estudantes beneficiados saibam, para que não haja constrangimentos junto a instituição, onde possa ocorrer do beneficiado achar que pode-se fazer outros cursos na instituição após o término do programa.

A partir desta pesquisa, fica evidente a falta de divulgação, esclarecimento e do entendimento, através de propagandas e de sites sobre o Programa Pronatec, deve-se investir na informação para o público-alvo, já que as ferramentas e recursos disponibilizados, não estão tendo um retorno satisfatório não alcançando o objetivo da informação.

Pode-se observar um aspecto muito importante durante o estudo realizado, a influência das escolas na opção de se fazer o curso técnico. O papel das escolas é fundamental para que a formação profissional seja de forma integrada a educação básica, além de concomitante e subsequente, o que tem sido discutido desde o governo FHC. Um contra ponto é que o programa em sua lei, no que diz respeito a dimensão integrada não foi citada e sim omitida, o que nos remete ao Decreto n.º 2.2008/97, que já havia sido revogado pelo Decreto n.º 5.514/2004 que seguia no caminho certo.

Os resultados da pesquisa também mostram a expectativa dos estudantes em relação ao emprego, já que o Programa em seu nome traz a possibilidade de acesso ao curso técnico e emprego. Juntamente com isso, a frustração de não estarem ainda no mercado de trabalho, o que nos remete a uma certa distorção de entendimento, já que é uma possibilidade que o Programa diz, porém não é regra. Deve ser trabalhado nos estudantes beneficiados a não estagnação da formação, pois através da pesquisa, infere-se a não perspectiva da continuação dos estudos, da formação e nem o aumento da escolaridade. Sendo o aumento da escolaridade previsto no Programa.

Ainda na constatação dos resultados, o programa demonstra a não importância ou relevância na vida social do indivíduo, já que caso o estudante beneficiado reprove em algum “módulo” ou matéria, o próprio estudante deve arcar com as despesas para que seja feito novamente a disciplina, não levando em consideração a condição social, ou razões de especificidade. Entende-se ainda que caso o estudante não tenha condições para refazer o módulo, ele ficará com déficit na formação podendo até mesmo não concluir o curso.

Em relação a bolsa- formação os resultados demonstram que todos os participantes beneficiados recebem o auxílio, porém não concordam que o valor seja relevante para a sua formação, já que a quantia para eles é apenas um valor simbólico.

Sendo assim, a partir dos estudos realizados, é possível entender que o Programa Pronatec, possui autonomia própria onde conta com suas próprias regras, seus próprios professores, seus sistemas de matrículas e processo seletivo. Como a pesquisa nos mostrou, através de informações dos beneficiados e da instituição ofertante, de forma precoce o Programa Pronatec está sendo encerrado, não sendo mais possível a oferta de matrículas no 2º período de 2015. Poderá ainda, ser substituído a qualquer momento por um novo programa de governo voltado para a formação e qualificação de trabalhadores. Cabe ainda o estudo a fim de investigar a qualidade dos cursos oferecidos, se a estrutura está adequada ao público, a falta de dados para se trabalhar como: evasão, egresso, formados e etc.; e a relevância destes cursos para os alunos, entre outras possibilidades.

Enfim, a análise realizada mostra que as propostas implementadas pelos governos FHC, Lula e Dilma para a educação profissional sempre estiveram condicionadas aos interesses corporativos do capital, o mercado de trabalho e à subordinação do Brasil ao quadro hegemônico internacional. Dessa forma, as políticas públicas de educação profissional devem ser pensadas dentro de uma perspectiva de educação que atenda aos interesses dos trabalhadores, tenha a formação humana como referência (e não apenas o mercado) e leve em consideração, principalmente, "políticas de Educação Profissional integradas a políticas de educação básica de qualidade para todas as faixas etárias, ambas integradas a políticas de geração de emprego e renda (...), de modo a criar efetivas oportunidades de inclusão para os que vivem do trabalho" (Kuenzer, 2004, p. 2).

Outro aspecto a ser levado em consideração é a formação do indivíduo com base teórico-prática das ciências e que permitam à classe trabalhadora entender a formação social, política, econômica e cultural da sociedade na qual estão inseridos, com uma visão crítica e criativa, não sendo formados estritamente para ocupação de empregos no mercado de trabalho.

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Há algum tempo, venho desejando a conclusão do curso, e aguardando ansiosamente o momento de elaboração e conclusão deste trabalho que é um dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado no Curso de Pedagogia.

Hoje, com o projeto elaborado, e a expectativa de sua apresentação, percebo que o sonho de alcançar o diploma e me tornar realmente uma Pedagoga chegou. Me sinto realizada com o curso que fiz, acredito que passei por uma formação acadêmica porém que me prepara para a vida de forma geral, vejo que o curso nos faz mais humanos e nos traz olhares diferentes para algumas situações do nosso cotidiano. Pretendo ainda, continuar os meus estudos com uma especialização, mestrado, doutorado e outras formas que atribua uma melhoria na minha formação.

Muitos são os desejos e planos que tenho, agora formada a primeira coisa que pretendo fazer é buscar um emprego na área de formação para assim poder aplicar meus conhecimentos. Pretendo ainda, iniciar os estudos para concurso público onde conquistarei a tão sonhada e desejada estabilidade de que todos falam.

A Universidade foi uma experiência diferente de toda a minha vida escolar, foi tempo de maturidade e escolhas, momentos bons e ruins, mas que no final trouxeram grandes aprendizados que levarei para toda a minha vida.

Sou grata pela oportunidade de ter cursado todo meu Ensino Superior na instituição mais renomada de Brasília, a Universidade de Brasília. Foi algo que

almejei e conquistei, apesar de todas as dificuldades enfrentadas tenho comigo um sentimento de que tudo valeu a pena.

Sinto que conclui meus objetivos dentro da Universidade de Brasília e estou preparada para novos desafios. Entendo também que este é um ciclo da minha vida que se encerra com êxito e alegria, foi um período de bastante dedicação e aprendizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o 2º parágrafo do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Brasília, DF: Senado Federal, 23 jul. 2004.

_____. **Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Decreto Federal nº. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2 dos art. 36, 39-42 da Lei Federal nº. 9.394 de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2007.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de outubro de 1999**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 nov. 1999

_____. **Lei nº12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa e Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. 2011^a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/12513.htm. Acesso em 01 de maio de 2015.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. O público, o privado e as políticas educacionais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Maria R. T. (Org.). **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CUNHA, L. A. **Educação brasileira**: projetos em disputa: Lula x FHC na campanha eleitoral. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A educação pública: os limites do estatal e do privado in: PORTELA, R. (Org). **Política educacional**: impasses e alternativas. São Paulo: Cortez, 1995.

DEBREY, Carlos. Avaliação da educação universitária brasileira no contexto da globalização neoliberal: o caso concreto do “provão” do MEC. **Revista Fragmentos de Cultura do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (Ifiteg)**. Goiânia, v. 7, n. 26, p. 87-102, set. 1997.

FERRETTI, Celso João. Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no ensino médio e no ensino técnico. **Educação & Sociedade**. CEDES/Unicamp/Campinas/São Paulo, n. 70, ano XXI, abr., 2000.

_____. A reforma do ensino médio: uma crítica em três níveis. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, n.9, p. 41-49, jan./dez., 2003.

_____. A reforma da educação profissional: considerações sobre alguns temas que persistem. **Trab. educ. saúde**, nov 2007, vol.5, no.3, p.509-520. ISSN 1981-7746

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: ENGUITA, M. F. et alii; GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

_____. Capital humano e sociedade do conhecimento: concepção neoconservadora de qualidade na educação. In: **REVISTA CONTEXTO E EDUCAÇÃO**. Injuí, Editora Injuí, ano 9, nº 34, abr/jun, 1994.

_____. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no**

Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n.46, jan/abr 2011.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003

FOGAÇA, A. Educação e qualificação nos anos 90: o discurso e o fato. In: BRUNO, L. et alii; OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, Marisa R. T. (orgs.). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

KUENZER, A. Z. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. **Revista Ensaio.** Fundação Cesgranrio. v. 6, n. 20, jul./set., 1998. Rio de Janeiro: A. Fundação, 1998c

_____. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: CATANI, A. M. et alii; FERREIRA, N. S. Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 1998a.

_____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: GENTILI, P. A. A. et alii; FRIGOTTO, G. (org.) **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis: Vozes, 1998b.

_____. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997b. (Coleção Nossa Época, 63)

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação e trabalho: questões teóricas. **Revista Brasileira de Administração e Educação (RBAE).** Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan./jun. 1986.

_____. **Ensino de 2o grau: o trabalho como princípio educativo.** 3. ed., São Paulo: Cortez, 1997a.

_____. **O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil**. Caxambu, 1996 (mimeo.) [Trabalho apresentado na 19ª Reunião Anual da Anped].

_____. **As propostas de decreto para a regulamentação do Ensino Médio e da Educação Profissional: uma análise crítica**. Curitiba: [s. ed.], 2004.

LIMA, M. Perspectivas e riscos da Educação Profissional do Governo Dilma: Educação Profissional Local e antecipação ao Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC). In: **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd**, 34, 2011, Natal. Anais... Natal, 2011. p. 1-16 Disponível em: Acesso em: 30 nov. 2011.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidade de integração. In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NEVES, L. M. W. N. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, I. **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p.133-152.

RAMOS, M. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

STARK, Renata Elza. Reflexões sobre a educação profissional a partir da nova LDB. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n.5, p. 64-79. Jan/jun 1999.

TORRES, R. M. Banco Mundial: políticas públicas e reformas. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs). **Melhorar a qualidade da educação básica**. São Paulo: Cortez, 2007.

Apêndice

Termo de consentimento livre e esclarecido dado aos entrevistados



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Educação – FE

Curso de Pedagogia

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Sou estudante do curso de Pedagogia na Universidade de Brasília. Estou realizando uma pesquisa sobre o tema Pronatec sob a orientação da professora Dr^a Sonia Marise Salles Carvalho, com a finalidade de analisar o conhecimento do Programa por parte dos entrevistados e suas perspectivas após o término do curso técnico. A sua participação neste estudo é voluntária e você terá plena e total liberdade para desistir do estudo a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo para você. As informações relacionadas ao estudo são confidenciais e qualquer informação divulgada em relatório ou publicação será feita de forma codificada, para que sua identidade seja mantida em sigilo. A participação nesse estudo é voluntária

e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do estudo. Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e Assinatura do Participante

Brasília _____ de _____ 2015.

Apêndice B – Entrevista aplicada aos estudantes do Curso Técnico de Manutenção Automotiva



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Curso de Pedagogia

As perguntas abaixo foram aplicadas a partir da metodologia de Entrevista Focal.

1-Conhecem o Programa Pronatec?

2-O que motivou a fazer o curso técnico?

3-O que mudou na sua vida depois que começou o curso?

4-Qual a sua perspectiva após o término do curso?

5-O que você melhoraria no curso ou no Programa Pronatec?

6-Você recebe a bolsa-formação?

